

CONSTRUÇÃO/ IMÓVEL RURAL

Documentos necessários:

- ◆ Instrumento Particular de Requerimento firmado pelo proprietário (qualificação completa, filiação, estado civil, com menção à existência ou não de união estável, documentação e representação legal quando for o caso), com firma reconhecida, contendo declaração relativa ao valor da construção.
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c art. 221, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 502, § 3º, I a VII e § 4º c/c art. 502, § 5º c/c art. 569, § 2º e arts. 505 e 506)

- ◆ Carta(s) de Habitação relativa à(s) área(s) construída(s) a ser(em) averbada(s).
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, XV c/c art. 25 c/c art. 41, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569 e Lei Municipal nº 2.233/2016, art. 6º)

- ◆ Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, quitada; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, quitado, relativos ao projeto arquitetônico e à execução da obra.
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, XV c/c art. 25 c/c art. 41, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 565 c/c art. 569 e Lei Municipal nº 2.233/2016, art. 6º)

- ◆ Declaração, expedida pela Secretaria do Meio Ambiente do Município.
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, XV c/c art. 25 c/c art. 41, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 577 e seguintes e Lei Municipal nº 2.233/2016, art. 6º)

CONTINUAÇÃO:

CONSTRUÇÃO ABAIXO DE 70,00M²:

- ◆ Declaração de que a obra está isenta da apresentação da CND/INSS, por se tratar de construção abaixo de 70m², unifamiliar – destinação residencial.
(Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 34, I c/c art. 43, I, § 2º c/c art. 7º, XV c/c art. 19, § 1º c/c art. 25 c/c art. 41, II c/c Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569 e arts. 505 e 506)
- ◆ Declaração de Isenção do FUNREJUS, se construção abaixo de 70,00m², e por se tratar de construção unifamiliar, com firma reconhecida.
(Lei Estadual nº 12.216/98, art. 3º, VII, n. 14 c/c Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, arts. 569 e arts. 505 e 506)

CONSTRUÇÃO ACIMA DE 70,00M²:

- ◆ Certidão de Débitos Previdenciários relativa à obra a ser averbada (CND/INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal, relativa à(s) área(s) a ser(em)ampliada(s), atualizada.
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Lei nº 8.212/91, art. 47 c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, XV c/c art. 19, § 1º c/c art. 25 c/c art. 41, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569)
- ◆ Guia de Recolhimento do FUNREJUS incidente, quitada, emitida por esta Serventia Imobiliária.
(Lei Estadual nº 12.216/1998, art. 3º, VII c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.